

Memórias da migração e do trabalho: três mulheres alemãs no Brasil (1880-1920)*

Memories of migration and work: three German women in Brazil (1880-1920)

Karen Macknow Lisboa**

Resumo: O artigo explora a questão do trabalho feminino no contexto dos movimentos migratórios no Brasil. Analisa-se o perfil de três mulheres de origem alemã que se mudaram para o Brasil nas décadas de 1880/1900: (i) Ina von Binzer, uma jovem solteira que trabalhou como professora particular nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo; (ii) Therese Stutzer, que junto ao marido e filhos se estabeleceram como colonos em Blumenau; e (iii) Emilie Heinrichs, que com o marido se tornam “pioneiros” no Rio Grande do Sul, ao se instalarem numa colônia ainda tomada pela floresta subtropical. Baseado em seus registros publicados, pretende-se dar visibilidade às diferentes práticas de trabalho dessas mulheres. Nesse percurso, perfila-se aspectos do papel feminino no processo migratório, sua contribuição direta ou indireta para a economia de uma sociedade predominantemente patriarcal, verificando os desafios, as transformações e permanências identitárias.

Palavras-chave: História das mulheres. Migração internacional. Gênero. História do trabalho. Alemanha. Brasil.

Abstract: This article investigates the issue of women’s work in the context of Brazilian immigration history. The article analyzes the biographical sketches of three women of German origin who moved to Brazil in the 1880s

* Submissão: 23/09/2024 | Aprovação: 15/11/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1030

Para uma versão anterior deste texto com uma abordagem temática mais ampla, ver Lisboa (2022).

** Professora colaboradora da Freie Universität Berlin; Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo e ex-professora do Departamento de História da FFLCH/USP | ORCID: 0000-0003-3914-3378 | E-mail: karenlisboa@me.com



and 1900s: (i) Ina von Binzer, a young single woman who worked as private teacher in the provinces of Rio de Janeiro and São Paulo; (ii) Therese Stutzer, who settled as colonist in Blumenau, jointly with her husband and children; and (iii) Emilie Heinrichs, who became a “pioneer” in Rio Grande do Sul, jointly with her husband, settling in a colony still covered by the subtropical forest. Based on their published records, the aim is to give visibility to the different working practices of these women. Along the way, the article examines facets of the role played by women in the migratory process, their direct or indirect contributions to the economy of a predominantly patriarchal society, and verifies their identitarian challenges, transformations and continuities.

Keywords: Women’s history. International migration. Gender. Labor history. Germany. Brazil.

JEL: J16. N36. N96. J40. J12.

Introdução

O presente artigo pretende explorar a questão do trabalho feminino no contexto dos movimentos migratórios no Brasil. Para tanto, analiso o perfil de três mulheres migrantes de origem alemã que se mudaram para o Brasil nas décadas de 1880/1900.¹ Trata-se de Ina von Binzer, Therese Stutzer e Emilie Heinrichs. São três perfis distintos, com destinos diferentes, cujas experiências individuais são registradas por escrito, contribuindo para a vasta documentação dos “movimentos transnacionais” (Seyferth, 2013, p.121).

Ina von Binzer (1856-1906) nasceu em Lauenburg, no norte da Alemanha. Formou-se como professora e acompanhou a família a Königsberg, na Prússia. Lá adquiriu alguma experiência no ensino, seguindo depois ao Brasil entre 1881 e 1883/4, contratada por uma família no Rio de Janeiro. Em sua estadia no país, passou pela cidade de São Paulo e depois interior da província, trabalhando para famílias abastadas, após um breve período na capital do Império, onde lecionou numa escola para moças. Após seu retorno à Alemanha, graças ao apoio financeiro de um tio, dedicou-se à profissão de escritora sob o pseudônimo Ulla von Eck. Passou por uma estada em Berlin e mudou-se então para o norte da Alemanha, casando-se com o juiz de comarca Dr. Adolf von Bentivegni, assumindo o seu sobrenome.²

Therese Stutzer (1841-1916), que acompanhou seu marido, Gustav Stutzer, viveu numa primeira estadia em Blumenau de 1885 a 1887. Nata Schott, frequentou a escola até os 16 anos de idade. Casou-se com Gustav Stutzer, pastor luterano e fundador de um asilo para doentes psiquiátricos. Therese muito o apoiou em seu trabalho. O período emigratório do casal e seus filhos se divide em duas fases. Blumenau foi apenas a primeira estadia de sua emigração (1885-1887). Após retornarem à Alemanha, em 1891 estavam novamente no Brasil, estabelecendo-se em Ribeirão Pires

¹ Aqui me apoio nas definições de Seyferth acerca do termo migração moderna: “Migração significa a recolocação de indivíduos ou grupos no espaço geográfico. A migração humana moderna, por sua vez, diz respeito aos movimentos intercontinentais de pessoas desde o século XVI, associados ao colonialismo e, como parte do contexto da formação de novos estados no século XIX, com a emigração de europeus (e outros), inicialmente com algum grau de liberdade, mas depois cada vez mais controlados por políticas governamentais mais restritivas” (Seyferth, 2013, p. 125, tradução minha).

² Para mais informações, ver Callado (1994, p. 7-8).

(São Paulo) até 1909, quando voltaram por razões de saúde à terra natal. Therese também se dedicou timidamente à escrita literária. Neste artigo, concentro-me apenas no período de Blumenau.

Por fim, Emilie Heinrichs emigrou para o Rio Grande do Sul ao lado de seu marido, em 1901, para a colônia São Lourenço. Fundada em 1858 por Jacob Rheingantz, essa colônia particular ainda dispunha de terras virgens à época (Roche, 1969, p. 113). Infelizmente não dispomos de mais dados biográficos sobre Emilie Heinrichs. De seu livro depreende-se que quando emigrou ao Brasil, ela era recém-casada e ainda não tinha filhos. Portanto, devia estar na casa dos 20 anos. Também se evidencia que sua família e seus amigos viviam em Münster (na Renânia do Norte-Vestfália), onde ela também residia e para onde retornam em 1904 (Heinrichs, 1921, p. 87).

Em termos de fontes, utilizo-me de material epistolar e da produção bibliográfica dessas mulheres. No caso de Therese, é uma compilação de cartas que ela escreveu em Blumenau no ano de 1885, destinadas a uma interlocutora na Alemanha. As cartas estão incluídas em duas publicações de autoria do marido Gustav (Stutzer, 1916; 1927). Já no caso de Ina von Binzer igualmente trata-se de material epistolar, compilado e publicado na Alemanha em 1887 por ela mesma, sob um pseudônimo. A destinatária dessas cartas muito provavelmente era um personagem ficcional (Binzer, 1994). E por fim, o livro de Emilie, intitulado *Die Frau des Auswanderers* (1921), uma memória feminina da emigração e do período de quatro anos como colona no meio da floresta subtropical.

A temática feminina na história da imigração no Brasil tem sido tratada nas últimas décadas por alguns estudos que se tornaram referência historiográfica. Dentre eles destacam-se as pesquisas de Maria Luiza Renaux (1995) e Gisela Büttner Lermen (2006)³. Esses trabalhos emanaram da percepção de que a historiografia da migração ao Brasil (não somente) girava em torno da figura masculina e europeia, em grande parte heroificada no homem imigrante europeu, branco, que prospera, que contribui para o desenvolvimento social, econômico e político da região e do país

³ Lermen realizou acurada pesquisa sobre a vida, o cotidiano, a sociabilidade de mulheres imigrantes de idioma alemão. Seu foco recai sobre mulheres católicas entre 1824 e 1939, cujos necrológios e documentos pessoais serviram de principal fonte. Nesse amplo escopo, a questão do trabalho não é temática prioritária.

onde se assentou. Nessa visão, as mulheres migrantes não são consideradas como sujeitos históricos, como agentes de transformação. E tangendo a questão mais específica deste artigo, o trabalho feminino e a contribuição direta ou indireta das mulheres para a economia de uma sociedade, elas também permaneceram na invisibilidade. Como bem observaram Wolff e Récchia (1999, p. 61), o trabalho das mulheres, “muitas vezes silencioso, é responsável por grande parte da produção agrícola, artesanal, industrial e de serviços no Estado. Além disso, o trabalho doméstico, tão desconsiderado e, ao mesmo tempo, tão importante para a sobrevivência de todos, é quase totalmente realizado por elas”.

Aqui revisito os escritos dessas três mulheres, que já foram objeto de estudos (Renaux, 1995; Schamm, 2008; Machado, 2010; Seyferth, 2013; Fend, 2020). A pesquisa de Renaux é uma das primeiras e importantes referências que tratam da questão feminina na história da imigração, a exemplo do que ocorreu no Vale do Itajaí entre 1850 e 1950. A historiadora analisa a trajetória das mulheres, considerando o contexto sócio-histórico, marcado pelas relações patriarcais e os desafios que a imigração impunha às mulheres. Nestes 100 anos observou-se a transformação do papel da mulher, numa região que aos poucos foi economicamente prosperando, em que a “casa global camponesa” deu espaço para a “casa burguesa”. No primeiro caso, as atividades econômicas estavam integradas à vida doméstica e eram fundamentais para a economia rural. No segundo caso, uma linha divisória entre o homem e a mulher se instalou. A mulher casada devia voltar-se à criação dos filhos e aos cuidados da casa, sob a moral da cristã, enquanto o homem era o provedor, que trabalhava fora de casa. Renaux traça uma análise sociocultural que contempla todos os campos da existência feminina ao longo desses 100 anos. Nesse esforço totalizante, a questão do trabalho feminino não é um foco específico, e sim é parte integrante das atividades femininas, a depender do contexto social e temporal. Apenas quando trata das mulheres operárias na fábrica no início do século XX ou das mulheres empreendedoras após 1920, a temática do trabalho assume centralidade.

Por motivos de limitações de espaço, não cabe aqui aprofundar uma discussão historiográfica em torno desses trabalhos. Pois o que aqui é proposto não inova constatações acerca da importância do papel feminino na história da imigração. No entanto, chama a atenção que, nas pesquisas

que tratam de um universo maior de mulheres (Renaux, 1995; Lermen, 2006; Fend, 2020), o foco se restringe a uma região de colonização imigrante. E o nosso propósito é aumentar esse recorte espacial e de tipo de movimento migratório, ao considerar três perfis de mulheres diferentes que se destinam mais ou menos no mesmo período para regiões que se diferenciam socioculturalmente. Ou seja, o caso da preceptora Ina von Binzer, que se desloca para uma região por assim dizer tipicamente luso-brasileira e em amplo desenvolvimento econômico em virtude da cafeicultura; o caso de Therese Stutzer, que se instala com a família na cidade de Blumenau, já na fase de urbanização sob modelo burguês; e o caso de Emilie Heinrichs, que acompanha o marido para uma zona pioneira de colonização no Rio Grande do Sul, embora estejamos já no início do século XX. Vale ressaltar ainda que Renaux é quem analisa um maior universo de trajetórias femininas no Vale do Itajaí. Para descrever os anos pioneiros de colonização no Vale Itajaí (1850-1860), ela se utiliza longamente do relato de Heinrichs (Renaux, 1995, p. 75-80, 85-88), que repousa, porém, em suas experiências no Rio Grande do Sul e cinquenta anos depois.⁴

No presente texto, quero dar visibilidade às dimensões das atividades produtivas remuneradas ou não de mulheres migrantes. Diante dessa temática, considerei metodologicamente oportuno contemplar trajetórias migratórias diferentes, mas que teriam semelhanças suficientes para possibilitar comparações, o que apresentarei a seguir. Além disso, tudo indica que nos escritos dessas mulheres e suas trajetórias residiria um grande potencial heurístico para responder à questão proposta. Pois em todos esses textos, de natureza diferente, como já brevemente mencionado, o trabalho e as atividades produtivas estão sempre presentes, oscilando em sua intensidade.

Nas biografias de Ina von Binzer, Therese Stutzer e Emilie Heinrichs, o que certamente se assemelha é o fato de todas as três terem saído da Alemanha no período do reino unificado nacional (desde 1871) e colonial, após 1884-1885, com a sua participação na corrida imperialista e na partilha da África. No contexto das discussões, discursos e políticas imperialistas, a existência de assentamentos e colônias de origem migratória

⁴ Ao que tudo indica, Fend (2020) incorre mesmo em um erro, pois afirma que Heinrichs aportou em Santa Catarina. Cf. p. 12.

alemã na América Latina assumiu um importante papel.⁵ O *Deutschtum* (germanidade), um fenômeno que se baseava na “ideia de uma comunidade étnica constituída por ascendência, língua e costumes” (Schulze, 2008, p. 21) se fortalece nesse período, visando a uma crescente expansão por meio de diversas formas (políticas, culturais, institucionais, literárias etc.) em regiões não europeias. Outras características compartilhadas por elas é o fato de retornarem mais cedo ou mais tarde à Alemanha; terem sido mulheres alfabetizadas, pertencentes a uma classe média letrada, de etnia branca; e de nesses textos narrarem detalhadamente a sua experiência como viajante, migrante, colona, alemã, mulher, esposa, mãe, educadora (des)empregada, solteira/noiva, e sob essas perspectivas descreverem o mundo e as pessoas em volta. Finalmente, outra similaridade é a sua formação sociocultural: as três foram criadas em estruturas sociais patriarcais. Na Alemanha, os poderes patriarcais vingaram ao longo do século XIX e XX adentro e se transferiam do pai para o esposo, limitando o poder de decisão e de independência das mulheres. (Renaux, 1995, p. 11-16; Nipperdey, 1998, p. 74). Somente em final de 1950 essa situação se alterou com a reforma do direito da família. Na constituição da República Federativa Alemã firmou-se somente em 1953 a igualdade dos sexos perante os direitos,⁶ o que evidentemente não significou que na prática esses direitos fossem executados. Mas essa discussão não cabe aqui em meu escopo.

Tanto no Brasil do final do Império e início da República como no Reino Alemão, o patriarcado norteava os papéis das mulheres e dos homens na sociedade, bem como fornecia os elementos para a construção identitária dos gêneros e de sua atuação na família e no campo do trabalho no lar e/ou fora de casa. Se para as três mulheres ora analisadas os papéis sociais, suas tarefas domésticas e profissionais (no caso de Ina von Binzer) muito provavelmente parecessem claros e definidos quando ainda na “pátria”, a emigração implica novos contextos criados por uma série de mudanças – climáticas, geográficas, sociais, culturais, econômicas –, remexendo os elementos constitutivos dessas identidades e das práticas.⁷

⁵ Acerca do papel dos núcleos coloniais alemães no Brasil no contexto do colonialismo/imperialismo alemão, ver Lisboa (2008, p. 95-97).

⁶ Para mais detalhes, ver Renaux (1995, p. 11-16).

⁷ A discussão identitária repousa aqui nas abordagens pós-modernas que criticam o conceito essencialista de identidade (Castro, 2009, p. 61). Elas justamente recusam a noção de uma identidade rígida, como se fosse dada ou nata, homogênea, fixa, acabada e substancial, cujo essencialismo é

Igualmente, nos casos de Therese Stutzer e Emilie Heinrichs, a imigração tem seu impacto na família e no planejamento familiar. Tal qual Stolcke (1988, p. 208) notou, embora em outro contexto econômico e geográfico de migração, a mudança de relações produtivas também desafiou a “moralidade familiar e as relações de gênero”. A isso ainda vale acrescentar que essas mulheres europeias, apesar de sua formação no patriarcado, pertencem a uma camada social e a uma “raça” privilegiadas no contexto do colonialismo. Essas mulheres brancas e europeias sustentam, por assim dizer, os eixos do padrão de “poder eurocentrado”, ainda que numa posição subalterna ao homem burguês europeu, mas certamente menos inferiorizada que a maioria das mulheres não brancas (não europeias).⁸

1. Intenção da escrita

Na Alemanha do século XIX, o público leitor em geral aumentou e uma parte relevante desses leitores era formada por mulheres. A partir de 1860, observa-se uma democratização da leitura, reforçada também pela crescente urbanização, bem como pelo aumento de uma classe média burguesa e a melhora na educação básica (Nipperdey, 1998, p. 752-753). Apesar desse acesso ao mundo letrado, os papéis da mulher na sociedade, com seus deveres e direitos, permaneciam subjugados às determinações dos poderes masculinos da instância paterna e marital, garantidos pelos regulamentos do direito familiar (Nipperdey, 1998, p. 74). No projeto burguês, a “mulher passou a ser a ajudante do homem, a educadora dos filhos, um ser de virtude, o anjo do lar”. E em oposição, vigorava a imagem das “mulheres fatais e as decaídas” (Telles 2001, p. 401-402).

chão fértil para discursos e práticas nacionalistas, fundamentalistas, sexistas e xenófobas. Outro aspecto dessa reconceituação é entender a identidade como categoria dinâmica, nada estática, que está em permanente construção a partir da interação entre o sujeito e a sociedade na qual vive. Segundo Castro (2009, p. 62, tradução minha), “a subjetividade das mulheres está dada pela posição que ocupam em seu grupo e pelas relações que estabelece o grupo com o exterior. [...] Portanto, não se pode conceber a identidade como algo concluído, pois esta é dinâmica, já que o sujeito a aciona, a manipula e a renova constantemente”.

⁸ Lugones (2020, p. 52-61) justamente critica o conceito de colonialidade em Aníbal Quijano, por não relacionar a questão da raça com a questão de gênero, isto é, o eixo analítico da colonialidade por ele proposto não é suficiente para dar conta de todos os aspectos do gênero. A partir do conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw, entre outras autoras, Lugones procura analisar as especificidades das mulheres “de cor” (que inclui outras etnias, “raças” e pessoas LGBTQ) no contexto do colonialismo, ressaltando a heterogeneidade e as diferenças próprias do gênero “mulher”, marcadas por hierarquias.

Nesse binarismo de conceitos que moldavam a cultura burguesa, a escrita de livros não era considerada como apropriada à alçada feminina, por mais que elas representassem boa fatia do público leitor. Como “à mulher é negada a autonomia”, igualmente lhe é negada “a subjetividade necessária à criação” para a escrita literária, afirma Norma Telles (2001, p. 403). Ou, como explicita Scheitler (1999, p. 28-29), a publicação de escritos não correspondia ao ideal feminino do século XIX. E se fosse de fato para publicar algo, essa escrita não deveria tematicamente ultrapassar os limites e as amarras estabelecidos por esses ideais, como, por exemplo, temas ligados à política e a questões sociais, considerados inapropriados para mulheres. Embora Scheitler focasse a clássica literatura de viagem feminina, essas observações certamente podem ser estendidas às autoras aqui analisadas.

A despeito desses entraves, também foi no século XIX que o número de escritoras começou a crescer. Nesse cenário, observa-se nos casos das três migrantes e seus textos o seguinte: Ina von Binzer possivelmente teria recorrido a uma estratégia para justamente fugir desses entraves. Ela empregou um pseudônimo, Ulla von Eck, e criou uma interlocutora fictícia, Grete, colega de ofício, utilizando-se da forma epistolar para relatar as suas observações sobre o país, as suas experiências de viagem e de trabalho. E assim ela se aproximou ao romance epistolar mas também ao relato viageiro e sua obra também pode ser incluída ao vasto e híbrido gênero da literatura de viagem (Lisboa, 2011, p. 82-89). Também esse é um gênero muito apreciado no século XIX, cuja autoria foi predominantemente masculina (Leite, 1997, p.100; Scheitler, 1999, p. 29; Machado, 2010, p. 14-22) e que ocupou uma importante função nos discursos (neo)colonialistas e as práticas imperialistas exercidas pelos centros hegemônicos (Pratt, 1999).

Ina von Binzer editou ela mesma o seu livro – sob o pseudônimo – enquanto no caso de Therese foi o marido quem publicou as cartas, incluindo-as tanto numa biografia que ele escreveu sobre ela como num livro de suas próprias memórias (Stutzer, 1916; 1927). É como se o marido autorizasse assim a escrita da própria mulher, reiterando os poderes hierárquicos e patriarcais vigentes na sociedade do século XIX e XX.

Tanto a escrita de Therese como a de Emilie não foram movidas em primeira instância por ambições artísticas e literárias, ao contrário de Ina

von Binzer, que ao voltar para Alemanha seguiu a carreira de escritora ficcional. Os textos de Therese e Emilie eram destinados *a priori* aos/às leitores/as que estiveram envolvidos/as com a questão emigratória.⁹ No caso de Ina, a questão também aparece, porém de forma mais específica. Reiteradamente ela se dirige à sua interlocutora duvidando se vale a pena ela procurar uma colocação para a sua colega. E nesse quesito, também transpira uma certa advertência ao projeto de obter trabalho no Brasil. Já o livro que mais exterioriza a advertência é o de Emilie. Essa memória da emigração, conforme atestado na apresentação, destina-se a mulheres como apelo para evitar a emigração voltada a projetos pioneiros na área rural do Brasil (Heinrichs, 1921, p. 4). O livro foi publicado em 1921 pelo St. Raphaels-Verein, uma associação fundada por volta de 1870 para proteger os (potenciais) emigrantes da exploração humana e do aviltamento psicológico (Heinrichs 1921, contracapa), justamente no início de uma década marcada pelo fim do Império alemão, as agruras do pós-guerra, os agitados anos da República de Weimar e o ápice em termos numéricos da emigração alemã ao Brasil.¹⁰

2. Trabalho e cotidiano

Considerando a importância da temática do trabalho no contexto migratório, não surpreende que o assunto assumia um lugar relevante na narrativa de todas as fontes analisadas por este artigo, embora com diferentes intensidades. Para Therese Strutzer e Emilie Heinrichs tratava-se de trabalhos e atividades não remunerados, ao contrário de Ina. Apesar dessa diferença substancial entre trabalho remunerado e não remunerado, prevalecia a atuação no âmbito privado. Tanto Emilie quanto Therese assumiam o papel de esposa (ambas), de (futura) mãe atendendo às tarefas e aos desafios que a emigração e a colonização impunham. No caso de Emilie, verificaremos que ela foi obrigada a não somente trabalhar no âmbito doméstico, mas também nas atividades rurais impostas pela con-

⁹ Therese publicou em 1889 um livro de contos ficcionais inspirados nas experiências migratórias no Brasil, intitulado *Deutsches Leben am Rande des brasilianischen Urwaldes (Vida alemã à beira da floresta brasileira)*. Esses contos tiveram boa recepção no meio letrado dos imigrantes de língua alemã e em parte foram utilizados como leitura escolar (Stutzer, 1927, p. 312-313).

¹⁰ De 1920 a 1929, mais de 75 mil imigrantes alemães entraram no Brasil, número muito mais pronunciado do que em décadas anteriores e posteriores. De 1819 a 1933, o total dos imigrantes alemães no Brasil conta quase 217 mil. Ver Rinke, Fischer e Schulze (2009, p. 87).

dição “pioneira”. O grande desafio para o casal era justamente transformar um lote no interior da floresta subtropical, bastante isolado, em próspera terra cultivável. Já Ina se lançou no mercado da prestação de serviços educativos no âmbito doméstico, voltada a lecionar os filhos de famílias luso-brasileiras abastadas. Apenas por um breve período trabalhou também numa escola para moças de classe média e alta no Rio de Janeiro.¹¹

2.1 Ina/Ulla: uma professora em peregrinação

Como já mencionado, ao imigrar para o Brasil era Ina von Binzer uma mulher jovem, entre 22 a 23 anos, solteira, que tinha uma profissão e que chegara ao Brasil já com emprego. Como protagonista dos “movimentos transnacionais” (Seyferth, 2013, p. 121), ela passou, ao longo de sua estadia de praticamente um ano e meio, por vários empregos no Brasil.¹² Tendo emigrado ao Brasil para passar algum tempo mais longo e exercer sua profissão, ela não se deslocou para as regiões típicas de colonização europeia e tampouco se autodeclarava “imigrante”.

As cartas de Ina von Binzer nos revelam vários detalhes sobre o cotidiano e as condições de trabalho de uma preceptora estrangeira no Brasil. Seu primeiro emprego foi na fazenda São Francisco, que se encontrava no interior do Rio de Janeiro, na região cafeeira da Baixada Fluminense. Segundo o relato da autora, o proprietário possuía cerca de duzentos trabalhadores escravizados e produzia principalmente café. Em todas as cartas, a maioria dos nomes dos personagens foi ficcionalizado. O proprietário, Dr. Rameiro, talvez fosse da família dos barões de Rameiro (Duarte, 1994, p.14). Nesse ambiente, a autora se queixa de sua rotina de trabalho:

Aqui, as aulas são das sete às dez; depois vem o [pequeno] almoço quente, pelo qual Madame Rameiro nos faz esperar inutilmente até às dez e meia, de maneira que não posso mais sair, porque logo após o último bocado, tenho de voltar às aulas. Prosseguimos até a uma hora, quando

¹¹ Há indícios de que o colégio onde Ina von Binzer lecionou foi o Lebre-Rouannet ou o Jacobina; ambos eram as únicas instituições leigas no Rio de Janeiro (Duarte, 1994, p. 15).

¹² A primeira carta de Ulla/Ina é de 27 de maio de 1881 e a última de 9 de janeiro de 1883, em que anunciava que em breve estaria na Europa. O seu exato período de estadia no Brasil não pode ser definido pelas cartas.

temos então trinta minutos para o lanche; à uma e meia começam as aulas de piano que vão até às cinco, quando servem o jantar (Binzer 1994, p. 31).

Ina von Binzer parecia muito insatisfeita com o ritmo de trabalho. Ela perguntou à sua interlocutora: “Quando poderei passear antes das seis?” E critica os seus patrões: “Eles querem engolir cultura às colheradas e nunca têm uma tarde livre, um dia desocupado, nem muito menos uma semana de férias durante todo o ano. Fico desesperada só em pensar, e ainda todo esse tempo sem uma palavra de alemão. Nas aulas, como na mesa, só se fala francês e com os pretos [escravos], português”. Ina/Ulla escreve essa carta com um tom de apelo: “Ah, Grete, realmente é muito mais duro do que se pode imaginar de longe. Reflita bem se devo mesmo procurar uma colocação para você aqui” (Binzer, 1994, p. 31).

O trabalho nessa fazenda muito lhe desagradava. Desde o ritmo de trabalho, o interior barulhento da casa (“nesta casa idílica tudo se ouve de toda parte”) (Binzer, 1994, p. 21-22), a umidade do quarto (p. 57), a cama – “um banco rústico de madeira” com um colchão composto de ervas, galhos e gravetos que mais era um “banco de tortura” (p. 32) –, até o sentimento de solidão (p. 56). Apesar de se tratar de uma propriedade que dispunha de bastante recursos (afinal mantinha aproximadamente 120 pessoas escravizadas), o conforto, aos olhos de Ina, era diminuto.

Dos 12 filhos dos patrões, sete estavam sob seu “punho pedagógico”. Ina/Ulla não escondia a sua insatisfação com as três mais velhas, que demonstravam “nenhum prazer no estudo”, “nenhuma simpatia pessoal”. Os menores eram “malcriados”. E desabafava: “Eles todos são *provoking!*” (Binzer, 1994, p. 23) Finalmente, Ulla via a sua saúde afetada. Ela teria apanhado uma febre palúdica, “aliada ao cansaço excessivo” causado pelo emprego. Em dezembro de 1881, resolveu ir ao Rio de Janeiro e consultar um médico, que a aconselhou insistentemente a não retomar o trabalho na fazenda e ir a Petrópolis por quatro semanas para se recuperar (p. 67). Ela retornou à fazenda e pediu demissão imediata, que lhe foi concedida diante de sua saúde debilitada (p. 69).

Na etapa seguinte, Ulla encontrava-se em Petrópolis. Ao que tudo indica, tinha dinheiro suficiente para pagar sua estadia num hotel. Mas também foi durante essa estadia que Ulla foi indagada se estaria “desem-

pregada”. Essa foi a primeira pergunta, segundo Ulla, disparada por parte de uma senhora muito rica – que conhecera por contatos familiares –, talvez por temer que Ulla quisesse pedir algum tipo de auxílio. E prontamente respondeu: desculpando-se, “disse também com certa grosseria – mas achei tão engraçada a sua primeira pergunta ser justamente essa! Não tenho emprego, mas encontrarei um se for preciso” (Binzer, 1994, p. 70).

Em fevereiro de 1882, Ulla estava de volta ao Rio de Janeiro. Em carta do 8 de fevereiro, mencionava que enquanto estava procurando “em vão um emprego qualquer”, aproveitou o tempo para explorar a cidade e suas atrações (p. 77). Não se passaram mais de quatro dias, e ela noticiava em 12 de fevereiro estar contratada por um colégio, um liceu de moças com pensionato para lecionar alemão e piano. Igualmente aqui, apesar da escrita divertida e cheia de humor, revela-se que as condições de trabalho não eram as melhores, incluindo: problemas de disciplina; dificuldades de aprendizado da língua alemã (Ina não teria descoberto se a falha era dela ou das alunas) (p. 79); péssimas condições de seu aposento no qual se sentia asfixiada (uma alcova sem janelas, reduzida a uma cama novamente precária, um lavatório e uma cadeira, sem armário ou cômoda) (p. 87-88); e o baixo salário (p. 89). Além disso, o prédio todo estaria empestado por baratas, mosquitos, moscas e formigas (p. 88). Aos poucos o entusiasmo pelo Rio de Janeiro esmaeceu e o desejo de voltar à Alemanha crescia (p. 89). Outro agravante dizia respeito à liberdade de passear pelas ruas sozinha. Isso se tornara um “suplício” em virtude do “excesso de cortesia dos homens”. Locomover-se desacompanhada seria um costume europeu rejeitado pelos locais, que se expressava pelo assédio que a jovem alemã sofria (p. 89).

Nas entrelinhas da escrita divertida de Ulla/Ina transpira um certo sentimento de frustração e rebaixamento de seu *status* profissional. Assim esclarecia que uma das maneiras para procurar emprego seria nos classificados do *Jornal do Comércio*, onde entre os anúncios de escravizados fugidos e de vendas de escravizados encontravam-se também os anúncios para professoras “com imensas capacidades e inúmeras perfeições”. Também teria apreendido no colégio, que o título de “professora” apenas era conferido quando eram apreciadas. Do contrário, era-se rebaixada a “mestra”. Por fim, evidencia-se em um breve comentário que não havia contrato de trabalho. Apesar de reconhecer a consequente instabilidade,

via, nesse momento, tal informalidade como sorte, por poder “fazer a trouxa” assim que quisesse, conforme o fez no primeiro emprego (p. 89-90). E seguindo o conselho do cônsul alemão, mudou-se para a província de São Paulo, onde as condições de trabalho seriam mais apropriadas (p. 89).

Em março de 1882, na cidade de São Paulo, Ina/Ulla estava trabalhando para uma família de “republicanos”¹³, cujos filhos, porém, já teriam fama de serem os “mais malcriados” de toda a cidade (p. 93), o que muito rapidamente se confirmou. Afóra a garota, que exalava docilidade, o desafio pedagógico de disciplinar os garotos foi em vão. (p. 96, 108, 115). Finalmente, os pais – “que absolutamente não se incomodam com o comportamento das crianças” – desistiram da educação particular (p. 116) e mandam os garotos travessos a um colégio interno, bem como a garota dócil, para a qual não valeria manter uma preceptora. Ina/Ulla foi então demitida (p. 116). Apesar de sua “posição difícil” (p. 96), ela gostaria de ficar na cidade pois São Paulo seria o “melhor lugar no Brasil para educadoras, porque os moços da nova geração namoram a ciência e dão-se ares de erudição e filosofia” (Binzer, 1994, p. 94-95). Esses interesses estariam vinculados à existência da Faculdade de Direito. Ina/Ulla se vê retomando a sua “peregrinação” (p. 116) no campo do trabalho.

A próxima oportunidade de novo emprego encontrava-se no “campo”, para onde não desejava voltar, embora tivesse que aceitá-lo, deixando-a muito “desolada”. Em julho, ou seja, após quatro meses cumpridos na casa dos “republicanos”, inicia sua última estação no Brasil, na fazenda São Sebastião (em verdade São Luis, próximo a Americana), onde morava a família Bento Aguiar de Barros, cujo pseudônimo no livro é “Sousa” (Duarte, 1994, p. 15).

Essa experiência se estendeu por seis meses, segundo se depreende das cartas. E apesar de estar longe da cidade e a fazenda ser bastante simples e “primitiva”, ela gostou da família: “a mais simpática que até agora conheci entre os habitantes do país, a mais compreensiva, direi mesmo a mais europeia” (Binzer, 1994, p. 118) Lecionava então para três meninas, com as quais trabalhava “perfeitamente em conjunto” (p. 121). Essa úl-

¹³ A assim considerada família de republicanos era chamada de “Costa” nas cartas da autora. Trata-se da família do Dr. Martinico Prado e os filhos Caio, Plínio, Lavínia, Cordélia e Clélia (Duarte, 1994, p. 15).

tima estadia implicava menos questões disciplinares e pedagógicas e abriu espaço para amplas descrições do lugar em que estava morando, das atividades das quais participava no seio da família, incluindo conversas pouco femininas – lembrando aqui a análise de Scheitler (1999, p. 28-29) com os “patrões” sobre temas mais políticos, como o do escravismo.¹⁴ Aqui Ina/Ulla revela ao leitor uma particularidade propiciada pela profissão:

[...] nós, as professoras, levamos vantagem em relação aos comerciantes e outros europeus dentre os quais muito poucos se afastam das cidades marítimas, e a maioria depois de dez ou vinte anos retorna à Europa sem conhecer o resto do país e muito menos a vida real dos brasileiros; ao passo que, convivendo na intimidade deles, temos ocasião de observar de perto toda a trama (Binzer, 1994, p. 117-118).

Se, por um lado, reconhecia uma vantagem em seu ofício, por outro, Ina via-se vencida no êxito de sua peregrinação pedagógica. Os métodos costumeiros por ela aplicados outrora na Alemanha confrontavam-se em muitas situações com o jeito diferente de seus alunos e alunas brasileiras. Um breve episódio quando lecionava na escola no Rio de Janeiro demonstra os impasses enfrentados pela professora: Ina tinha dificuldade em conduzir à disciplina as suas alunas. Assim ela descreveu a cena:

[...] outro dia, ao entrar na classe, achei-a muito irrequieta e barulhenta e na minha confusão recorri ao Bormann.¹⁵ Quando obtive silêncio para poder ser ouvida, ordenei: “Levantar, sentar” cinco vezes seguidas, o que em nosso país nunca deixa de ser vergonhoso para uma classe. Mas, aqui – oh! Santa Simplicitas! –, quando cheguei a fazer-lhes

¹⁴ O tema da escravidão está presente em vários momentos. Ina/Ulla reconhece que a mão de obra escravizada é o grande motor da produtividade, pois os brasileiros não trabalham, observa Ina (p. 40). Com a família “Sousa”, a discussão gira em torno da iminência da abolição e suas consequências. Em suas reflexões não deixa de reiterar preconceitos raciais contra os negros. Ao mesmo tempo se pergunta o que vai ocorrer com a população escravizada quando finalmente decretada a abolição. A seu ver, haverá impactos nefastos no campo, pois faltará mão de obra. E por outro lado, as cidades serão tomadas por uma população de ex-escravizados, que Ina considera gente preguiçosa e inútil. Como visto, a autora se contradiz. (Carta de 17/11/1882). Para aprofundar essa temática, ver Machado (2010, p. 74-84).

¹⁵ Provavelmente referindo-se ao pedagogo Karl Bormann, autor de vários livros e manuais sobre educação. Ver Schamm (2008, p. 50, nota 34) e Brümmer (1903).

compreender o que delas esperava, as crianças estavam longe de imaginar que aquilo representasse um castigo, que julgaram tratar-se de uma boa brincadeira e pulavam perpendicularmente como um prumo, para cima e para baixo, feito autômatos, divertindo-se regamente. [...] desde então o Bormann está definitivamente descartado, para mim, aqui no Brasil. Reconheço ser indispensável adotar-se uma pedagogia aqui, mas ela deve ser brasileira e não alemã, calcada sobre moldes brasileiros e adaptada ao caráter do povo e às condições de sua vida doméstica (Binzer, 1994, p. 87).

Ina von Binzer, após essa sugestão, conclui resignadamente: “As crianças brasileiras, em absoluto, não devem ser educadas por alemães; é trabalho perdido, pois o enxerto de planta estrangeira que se faz à juventude daqui não pegará” (Binzer, 1994, p. 87).

Por mais que ela estivesse talvez exagerando em consequência de sua frustração, o episódio anterior revela como a jovem Ina von Binzer lidava com a alteridade cultural, ao se dar conta de que a aplicação de um método europeu – ou pelo menos alemão – não prosperava no Brasil e era percebido de outra forma pelos protagonistas locais. É bastante evidente que ela não dava conta do desafio. Portanto, questionava a viabilidade e o sentido de educadoras serem importadas como mão de obra ao Brasil e assim também sustentava um argumento forte para demover a sua suposta interlocutora de seguir os seus passos.

Finalmente, a autora nada esclarece sobre quando e como encerrou seu vínculo empregatício na fazenda São Sebastião. Apenas sabe-se que, por razões amorosas, ficou noiva de um tal Mister Hall,¹⁶ negociante britânico que conhecera meses antes. Na última carta, informava que logo “aí estaremos”, anunciando o seu regresso à Europa (p. 171).

¹⁶ Não há como verificar se se trata de um personagem real ou fictício.

2.2 Therese: uma dona de casa em Blumenau

*Theresens Briefe [...] zeigen uns die praktische Hausfrau, die sich in vollkommen neue Verhältnisse schickt [...] (G. Stutzer, 1916, p. 91).*¹⁷

Com Therese podemos observar a clássica divisão intradomiciliar de tarefas, em que o homem trabalha na terra e a mulher se ocupa dos afazeres domésticos. Ou seja, a sua posição se enquadra na *Hausmutter*, a “mãe de casa”, que estava acima da criadagem porém abaixo do *Hausvater* (“pai da casa”) e não ao seu lado (Renaux, 1995, p. 16). O marido de Therese tocava a roça, cuidava do plantio de café, açúcar, milho, urticária e manuseava o pasto – onde criava oito cavalos –, enquanto Therese organizava e administrava o lar, aproximando-se a um ideal que algumas décadas antes Herrmann Blumenau já teria traçado: em seu relatório de 1855 sobre a colônia de Blumenau ele argumentava que homens solteiros não eram compatíveis com uma colônia agrícola, pois contratar empregadas/os para ajudar na execução das tarefas domésticas e eventualmente agrícolas era difícil (falta de mão e obra) e caro, enquanto que realizar sozinho todo o trabalho seria impossível (Blumenau, 2002, p. 111). Assim exortava: “Um autêntico colono ou agricultor precisa ter ao seu lado uma mulher corajosa, ativa e econômica, que realmente sabe administrar uma casa, [...] que seja ao mesmo tempo um tesouro e um móvel necessário e indispensável, devendo ser honrada pelo marido e não podendo ser substituída por nada” (Blumenau, 2002, p. 112).

Mas diferentemente da advertência de Blumenau, o casal Stutzer disporá de ajudantes, indicando uma situação econômica estável.¹⁸ Em suas cartas, Therese menciona a presença de empregados, embora não entre em detalhes sobre a sua função. Somente na carta de 29 de maio de 1886 ela afirma que ao total são 13 pessoas a serem alimentadas. Sabemos

¹⁷ “As cartas de Therese nos mostram a dona de casa prática, que se vê em circunstâncias completamente *novas*” (destaque no original). Doravante, as citações da autoria de Emilie Heinrichs e Therese Stutzer são de minha tradução livre.

¹⁸ Também quando da chegada do marido em Blumenau e a aquisição de sua terra, ele relata ter contratado ajudantes para abrir um caminho na propriedade, derrubar a floresta e realizar a primeira roçada. Stutzer se refere a três lotes de 10 “Morgen”, que levaram seis meses até estarem preparados para o cultivo. Provavelmente trata-se da medida utilizada na Alemanha após a unificação em 1871, em que quatro Morgen equivalia a um hectare. Ou seja, no caso seriam três lotes de 2,5 hectares, no total 7,5 hectares (Stutzer, 1927, p. 243-246).

que a família (os pais e os seis filhos) contam oito cabeças. Portanto havia ainda cinco criados – que supostamente executavam tarefas ordenadas pelo marido.

Acompanhemos as suas palavras: “Somos bem atarefados, para os termos locais. O rancho e a oficina de costura nos dão bastante trabalho”. Therese relata a rotina diária: de manhã Emilie – talvez a filha mais velha – dava aulas para os três filhos menores. O grupo aumentou com a participação de mais três crianças de outras famílias. As duas filhas maiores estariam apreendendo a cozinhar. Além disso, semanalmente era preciso lavar roupa – e como havia muita roupa, as manhãs eram tomadas com o trabalho de lavanderia (Stutzer, 1916, p. 95). As alemãs imigradas, assim conta, adotaram o costume brasileiro de lavar a roupa no rio e as eficientes técnicas de branqueá-la ao sol. Os assentamentos se localizavam todos um ao lado do outro ao longo do Rio Itajaí e nos adjacentes. Igualmente os varais eram traçados com o cipó, colhido na mata. Esse cipó, assim explica, substituía as linhas comuns de varal (p. 97).

Em suas cartas, Therese nos fornece uma ideia também do cardápio e de seus afazeres culinários. Os hábitos brasileiros também aqui se manifestavam. Therese apreendeu – com muito sofrimento – a fazer broa de milho. Como os ovos e o açúcar eram baratos e as frutas – laranjas, pêsegos e bananas – abundantes, ela fazia muitos bolos e suspiros. Mas também era possível cozinhar de forma “alemã”, atestava Therese. Com um pouco de cuidado as verduras “alemãs” prosperavam na farta horta. Na carta de 29 de maio de 1886 ela revela o cardápio do dia: caldo de carne bovina, couve-flor com batata e carne, creme de uvas com mentirinhas (biscoitos). Para o dia seguinte, a previsão era feijão. E complementa: legumes ela teria em estoque – vários tipos de couve, pepino, cenoura, beterraba. Somente nos meses quentes a diversidade da oferta diminuía e comia-se muito arroz e frango. Na inexistência ainda da geladeira elétrica, a estocagem de alimentos era mais precária. Isso, porém, não impedia de observar que viviam em fartura e nada lhes faltava nesse quesito (p. 109).

Ao lado dessas atividades domésticas, Therese ainda se dedicava à costura, embora lamentasse não ter apreendido já antes o ofício adequadamente. Apesar de haver costureiras oferecendo seus serviços à base de diaristas, Stutzer optou por aprender o ofício. “O que outros sabem,

também posso saber” seria o mote dessa dona de casa, que se dispunha a aprender mais afazeres se necessário. Além disso, Stutzer esclarecia, ela também estaria contribuindo para a economia familiar ao reformar ela mesma as roupas dos filhos e costurando novas para a família e o lar. O cotidiano de Therese, embora domesticamente atarefada com seis filhos, deixa entrever bem-estar (na casa, no mobiliário, na fartura dos alimentos), certa dose de educação e até momentos cotidianos de ócio e de prazer. Após o almoço, até o café da tarde, “ficamos preguiçando”. Depois as filhas maiores estudam línguas ou literatura, os menores fazem tarefas ou estudam piano; frequentemente vão também montar e visitar os vizinhos. E mesmo bastante ocupada, Therese conseguia vez ou outra sair para cavalgar no mato – com o marido – ou para buscá-lo. “Para mim, essas são as melhores horas”, completa. E à noite, após o jantar, a família se reunia para conversar, dedicar-se à leitura ou contar histórias (p. 95).

O relato de Therese Stutzer se aproxima muito mais a uma narrativa positiva sobre a emigração alemã ao Brasil. Não obstante a saudade ser uma temática em suas cartas (p. 100, 110), Therese não questionava a viabilidade do projeto. Todavia, nas palavras que encerram o livro, escritas pelo marido, evidencia-se que “o plano de promover a colonização e de divulgar o *Deutschtum* (Germanidade)” foi interrompido com o objetivo de retornar para Alemanha. Razões de conjuntura (a crise política e econômica que antecederam os anos 1888-1889 e a crise na agricultura devido a más colheitas, segundo G. Stutzer) e de ordem pessoal: Gustav mencionou muito discretamente que fora vítima de um estelionatário, que se aproveitou de sua ingenuidade, causando-lhe severos prejuízos. A isso se somavam problemas com o arrendamento de sua propriedade que ainda mantinha na Alemanha (Stutzer, 1916, p. 121-123).

2.3 Emilie: uma colona no Rio Grande do Sul

Perguntei a um velho colono em Pelotas o que ele pensava sobre eu me tornar colona. Em resposta, ele me mostrou suas mãos calejadas e duras de trabalho e disse que as mãos de sua esposa eram exatamente assim. Qualquer um, que tivesse me dado uma palestra de horas, não poderia me dizer mais do que esse colono (Heinrichs, 1921, p. 17-18).

A experiência de Emilie é mais radical que a de Therese, considerando que a primeira acompanhou o marido na árdua tarefa de transformar um lote de terra isolado no meio da floresta subtropical em terra cultivável. À temática do trabalho, ela dedicou um capítulo, intitulado “*An der Arbeit*” (“No trabalho”), apesar de o assunto perpassar todo o livro. Já na parte inicial de sua narrativa, ela esclareceu o quanto essa questão era o respaldo do próprio projeto migratório:

Trabalhar muito e com afinco foi o destino que tive de encarar. Mas isso não me desanimou. Eu tinha fé em meu marido, que não me faria passar por nada que uma mulher não pudesse fazer. Se nós dois pudéssemos garantir nosso futuro por meio do trabalho árduo, então estaríamos bem. Podíamos e queríamos trabalhar (Heinrichs, 1921, p. 18).

Com minúcia ela descreve a chegada no lote – o choque de estar no meio do *Urwald*,¹⁹ ou seja, no caso, a floresta subtropical – e imaginar que aquele lugar tão selvagem se tornaria a nova *Heimat* (lar). A autora faz um minucioso relato do *status quo* da pequena propriedade desde os primeiros momentos, retomando os processos dos assentamentos “pioneiros”, um processo que se entende *pari passu* com a própria história da imigração “alemã” ao Brasil. Seyferth foi quem analisou a intrínseca relação étnica (o imigrante alemão) com a própria figura do pioneiro. Os alemães foram os primeiros entre outros grupos étnicos e nacionalidades europeus (até 1870 formavam numericamente a maioria) destinados a assentamentos em regiões isoladas, tomadas ainda por densa mata subtropical, em geral tratando-se de terras devolutas.²⁰ Controlados ou não pelo Estado, a ocupação visava desenvolver uma economia de subsistência, baseado na pequena propriedade, na policultura e na mão de obra familiar, formando o “complexo colonial”. Nesse sentido, Seyferth entende

¹⁹ O termo *Urwald* é recorrente nas memórias e cartas de colonos e colonas. Era compreendido como um espaço selvagem, repleto de uma vegetação desconhecida e impenetrável, com uma fauna ameaçadora, que despertava medo mas igualmente fascínio. Ver Bublitz (2008). N.E.: ver, ainda, o artigo de Relly (2024), nesta edição.

²⁰ As terras consideradas pelo governo como devolutas eram em parte habitadas por povos originários. O processo de ocupação por projetos de colonização – apoiados por uma política imigrantista – implicou não raramente conflitos sangrentos entre colonos e indígenas e de seu extermínio. Ver, entre outros, Laroque, Machado e Vedoy (2019).

que “a figura do *pioneiro* [...] emergiu do formato de ocupação em frentes pioneiras”. As agruras que se impunham para tornar a terra cultivável são assunto em muitas memórias e documentos oficiais. Dentre elas, o desgaste físico para tornar cultivável a terra, o que se iniciava com a derrubada da mata e a impossibilidade de usar nessa fase o arado, o ambiente adverso em termos climáticos, bem como a ameaça de doenças (Seyferth, 2000, p. 285 ss.) Como podemos acompanhar na narrativa de Emilie, esse processo foi seguido à risca em sua narrativa.

Heinrichs (1921, p. 17-18) inicia pelas próprias mãos, evocando a conversa que teve em Pelotas com o velho, citada na epígrafe anterior. As mãos de Emilie confirmavam o prenúncio do colono, indicando a transformação do corpo e também da própria identidade de Emilie. Tornar-se colona seria o seu novo papel, além de esposa e dona de casa, o que já era anteriormente. Emilie relatou com muitos detalhes como viveram precariamente em seu primeiro abrigo, como enfrentaram as intempéries e as ameaças de insetos e animais, como improvisaram cama, mesa, armários, cozinha e como foram, por meio de extrema labuta, dominando a selvageria da natureza. Os primeiros três meses foram os mais fatigantes. E ela reiterou em suas memórias que naquele momento inicial desejava tornar-se uma boa “mulher colona”. Por isso aceitou com resiliência o árduo trabalho de ajudar na derrubada de árvores, agravado pelo calor insuportável. Para limpar o mato, Emilie confessava usar o rastelo desajeitadamente, provocando risos no marido. Afinal, rastelos não eram colheres de pau nem agulhas de coser, suavizava Emilie, em seu esforço de aprender as novas técnicas de trabalho (p. 21). Três horas de trabalho com o rastelo e os calos nas mãos nasciam para ficar (p. 22). A fase inicial de derrubamento do mato e construção do primeiro abrigo durou seis semanas, marcadas, assim descreveu Heinrichs, por “trabalho pesado e uniforme”, em que os dias não se distinguiam, pois a atividade principal era continuamente derrubar árvores e limpar o mato. A fadiga era tamanha que, à noite, quando jantavam em sua precária choupana, acontecia de adormecerem enquanto seguravam o garfo na mão (p. 26). Nota-se que Emilie superou as exortações de Hermann Blumenau quanto às obrigações da mulher colona, assumindo tarefas masculinas. Semelhante episódio relatou quando já superada a primeira fase da derrubada do mato: Emilie tinha que auxiliar o marido a serrar madeira, preparando-a para o uso na marcenaria.

Bastou uma hora de trabalho com a serra e as costas da autora estarreceram de tal maneira que ela não podia mais ajudar (p. 34-35).

Mas mesmo depois, ultrapassada essa pesada fase inicial e conquistada certa melhora nas condições cotidianas, Emilie avaliava que o trabalho naquele lote de terra seria impraticável para apenas um casal (p. 37). Tratava-se de uma propriedade de 200 *Morgen* (jeira) – ou seja, talvez em torno de 50 hectares. Não possuíam máquinas e de início nem animais de tração para facilitar o trabalho. E o arado não podia ser empregado “nos primeiros anos”, pois o solo ainda estava tomado por um grande número de caules, tocos e mato. Apenas com a enxada podia-se revolver a terra. Como o marido tinha que continuamente derrubar árvores, o trabalho com a enxada tornou-se trabalho de mulher, explica Heinrichs (p. 38).

O corpo permanecia exposto a experiências-limite. Além das vicissitudes climáticas (calor, chuvas torrenciais, tormentas, frio), da constante ameaça do mundo natural (insetos e pragas), somava-se o trabalho físico cotidiano. A rotina de Emilie se dividia entre as costumeiras tarefas do lar – sobretudo no preparo das refeições – e na ajuda do trabalho na roça de milho, batatas e feijão (p. 24), bem como na horta, no pequeno pomar, no beneficiamento das colheitas, no manuseio dos animais, na ordenha do leite da vaca, que também teve que apreender (p. 39). Descanso apenas aos domingos, quando vez ou outra iam visitar os vizinhos.

Nesses poucos anos, conseguiram transformar o lote de mato-virgem em uma unidade produtiva, voltada à produção de subsistência. Apesar de considerar que a propriedade era grande demais para apenas quatro braços, o casal adquiriu após um ano e meio quatro porcos, uma vaca, um bezerro e cerca de 100 galinhas, incluídos os frangos. Um cavalo de montaria foi ainda comprado mais tarde (p. 39). Na “venda” apenas compravam farinha de trigo, sal e petróleo, “todo o resto, a colônia produzia” (p. 39), reiterando o ideal do projeto pioneiro. Para dar conta desse ideal, que se baseia na unidade familiar – que nesse caso se reduzia ao casal –, era necessário fazer crescer a família. Também Emilie engravidou, o que o/a leitor/a somente fica sabendo quando a autora faz uma tocante descrição dos últimos momentos da gravidez e do parto. Emilie se dizia querer ficar forte, mas estava apavorada diante de sua falta de experiência bem como a ausência de parteira e atendimento médico em caso de ur-

gência. A única ajuda seria de sua vizinha, a senhora Zühlsdorf, mãe de vários partos realizados na “mata virgem”, que procurava acolhê-la em seu medo. Afinal, assim narra Emilie, teria ela visto no cemitério da colônia numerosas sepulturas de jovens mulheres que morreram no (pós) parto.²¹ (p. 53). A autora garante que escreveu essas linhas como advertência às suas companheiras de sofrimento. Pois a toda mulher que se muda para o “mato-virgem”urgia esclarecer o que a espera, antecipava Emilie. “E essas palavras deveriam ser suficientes para fazer recuar a jovem mulher da emigração”, esperava Emilie (p. 54). Ela sobreviveu ao parto, porém foi de um natimorto.

Nesse episódio Emilie revela sua posição subalterna no casamento e no planejamento familiar, pois afirma que o natimorto destruiu o “sonho” do marido – não o dela. Tratava-se do sonho de ser pai ou o desejo de ter filhos diante da falta de braços para o trabalho no lote colonial e realizar o sonho da migração pioneira? Nas palavras de Heinrichs depreende-se tacitamente que a procriação não era necessariamente o desejo dela – sobretudo não nessas circunstâncias precárias, conforme ela mesmo demonstrara.

Finalmente, após quatro anos de vida no “mato”, o casal decide abortar o projeto. Já desde o início, há reflexões de retornar para a Alemanha, no entanto faltava-lhes o capital necessário (p. 27). Tanto uma doença do marido quanto o natimorto foram o estopim para a derradeira decisão. Todavia, o argumento central de Emilie para o retorno girava sobretudo em questões culturais e femininas: baseada na própria experiência, Emilie considerava que física e psicologicamente a mulher alemã não se apropriava para a emigração rural pioneira: “Para nós mulheres o viver na floresta virgem é muito mais difícil do que para o homem”. As mulheres foram criadas na cidade, em “famílias estruturadas”, protegidas de “percalços” e “adversidades” e despreparadas para as ameaças da natureza tropical. A isso se somava a preocupação com a educação dos filhos

²¹ Lermen aborda brevemente a questão da falta de atendimento obstétrico e da ausência de parteiras como razão para uma alta mortalidade feminina nas regiões de imigração alemã no sul do Brasil: “Trata-se talvez do assunto mais obscuro da história migratória”. A título de exemplo, uma reportagem no jornal *Deutsches Volksblatt*, editada em Porto Alegre, de 9 de julho de 1908, mencionava, baseado nos registros de óbitos da paróquia de São José do Hortêncio, os seguintes números: de 1868 a 1908, dos óbitos que contavam entre 30 e 50 anos de idade, 21 eram homens e 51, mulheres (Lermen, 2006, p. 236).

e seu futuro. As crianças nascidas nessas colônias, assim enfatizava Emilie, visitavam no máximo uma escola da colônia (*Waldschule*). Seu aprendizado serviria para viver, sim, na “floresta-virgem” (*Urwald*), porém não para um futuro fora dela. Emilie pleiteava que toda mãe deseja uma perspectiva melhor do que foi a própria para seus filhos. Ela compreendia que muitas mulheres desejavam a emigração diante das dificuldades que assolavam a Alemanha daquele período, como fome, desemprego e inflação. No entanto, ela as critica, indagando se uma mãe tinha o direito de optar por uma vida própria supostamente melhor à custa de sua prole. E acreditava que a Alemanha ia se recuperar enquanto o “futuro da floresta-virgem permanecerá inalterado” (p. 58).

Emilie acrescentou, com certa crítica – evocando tacitamente a sua própria experiência e as transformações socioculturais ocorridas na Alemanha –, que o emigrante do início do século XX, sobretudo se referindo às mulheres, eram trabalhadoras – e não mais servas – e que eram mais exigentes do que as colonas de décadas anteriores.²² E sintetizou: “A classe dos emigrantes mudou. A mata-virgem, o trabalho, o transcurso da colônia, no entanto, não mudaram”. A “saudade da pátria” (*Sehnsucht nach der Heimat*) dos atuais colonos, que como Emilie, eram assentados em lotes de terra no meio da floresta subtropical continuava a mesma, atestou a autora, questionando a crença de que a situação coetânea da colonização teria substancialmente melhorado (p. 51-52).

Finalmente, foi também a falta de acesso à cultura um dos grandes motivos para justificar a volta para a terra natal, conforme afirma. Emilie reconheceu, após quatro anos como pioneiros, que a vida no mato era mais fatigante do que tinham imaginado. Não era, porém, o extenuante trabalho diário, nem as serpentes e os insetos que os forçaram a decidir pela volta à Alemanha; o que os motivara a abortar esse projeto emigratório era o desejo de estar em um ambiente em que houvesse estímulo intelectual e de não deixar os futuros filhos se criarem como “habitantes da selva”, argumentava. “Não é o corpo, não, é o pensamento que nos afasta”, conclui Emilie (p. 47).

²² Segundo Renaux (1995, p. 24-25), até a República de Weimar, em 1918, os emigrantes alemães eram sobretudo oriundos de regiões rurais. Após 1918, cresce a emigração urbana.

3. Negociações, limites, transculturação

Apesar de Emilie reiterar que o marido tomava as decisões derradeiras (por exemplo, a de emigrar, a escolha e compra do lote de terra) ou que ela se submetia ao desejo dele (a procriação), é possível também perceber que em vários momentos há espaço para negociação e cooperação, como, por exemplo, o paulatino processo de decidir pelo retorno à Alemanha. Por outro lado, diante das exigências físicas e emocionais que a colonização pioneira impunha, vemos também que o limite entre a divisão do trabalho feminino/doméstico e masculino/rural se dissolve. Emilie se viu obrigada a cooperar com tarefas que ultrapassavam a sua condição física (os exemplos da enxada e da madeira a serrar). Embora tenha depositado confiança em seu marido, ela exteriorizou em muitos momentos uma situação abusiva em nome da sobrevivência do projeto colonial e da moral de trabalho (“queríamos trabalhar..”) (Heinrichs, 1921, p. 18).

No caso da Ina von Binzer, também vale perguntar qual era a sua margem para negociar as suas demandas, onde havia excessos e qual era a disponibilidade de cooperação. Como vimos, há queixas sobre o ritmo do trabalho, o barulho nas casas, o comportamento dos alunos e das alunas, a insalubridade do local de trabalho, a precariedade de acomodações privadas. E muito *en passant* faz observações sobre o baixo salário (Binzer, 1994, p. 89). Ao lado dessas questões, prescrua-se também que incumbências da preceptora particular ultrapassavam a função de pedagoga, em que não fica claro se se tratava de uma cooperação desejada ou imposta. Ela participou da vida familiar (refeições, viagens, passeios, convites, festas etc.) indicando que o limite entre a execução da profissão em si – a de lecionar – misturava-se com outros campos da vida privada própria e a de seus empregadores.

Já Therese – em seu tradicional papel de *Hausmutter* – expressava menos necessidade de negociação. Sua narrativa deixa transparecer certa acomodação em seus afazeres, em que a cooperação com o projeto colonial no seio da família se realizava sem um esforço excessivo. Lembremos aqui o exemplo de como aprendeu a costurar, cooperando destarte com a economia do lar.

Há numerosos exemplos na vida cotidiana e no trabalho dessas mulheres do quanto os hábitos locais – dos “outros” – foram seletivamente apropriados pelos estrangeiros. Independentemente de se acharem pertencen-

centes a uma cultura e/ou raça “superior”,²³ a absorção de hábitos, práticas, costumes da sociedade receptora era uma dinâmica incontornável e em certos aspectos imprescindível para garantir a sobrevivência no novo lugar. Therese, em sua detalhada descrição de uma dona de casa e mãe de seis filhos, apresenta numerosas formas de transculturação²⁴ – se assim o podemos chamar – e de hábitos: a filha que anda descalça; o uso de utensílios domésticos e da feitura de coisas e alimentos (aprende a fazer broa de milho); ou o hábito de lavar a roupa “à moda brasileira”, na beira do rio.

No caso de Emilie, o aprendizado das práticas locais de como derubar e queimar o mato, de tornar cultivável a terra, de como construir uma cabana com madeira de palmito, ou seja, todo o saber do “pioneirismo” do colono, foi imprescindível para evitar o fracasso total. Que esse saber resultava da experiência dos colonos veteranos e que, por sua vez, também os apreenderam com a população local, é evidente. Emilie sintetiza essa prática em poucas palavras, revelando uma dicotomia entre os europeus e os outros: “O quanto tínhamos nós, cultivados centroeuropeus, de apreender com o filho da selva” (Heinrichs, 1921, p. 29).

Talvez em Ina o gesto de se apropriar e recriar aspectos da vida local pareça mais tímido. Embora ela esteja num ambiente luso-brasileiro e, portanto, bem europeizado ou desejoso de europeização, ela esbarrava continuamente com a alteridade e tinha dificuldade de se adaptar a ele.²⁵ Notoriamente, Ina expressava a sua dificuldade de trabalhar exitosamente como preceptora em um contexto cultural diferente. Igualmente, sentia-se constrangida pelo assédio dos homens quando circulava pelas ruas do Rio de Janeiro, apontando claramente que se sentia coibida em sua liberdade e independência.

²³ A esse respeito, ver Lisboa (2022, p. 201-204).

²⁴ O termo “transculturação” foi pensado pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz na década de 1940 e incorporado pelo crítico literário Angel Rama nos anos 1970. Ortiz criticara com isso os conceitos de aculturação e desculturação, que entendiam a transferência cultural a partir da metrópole. Etnógrafos utilizam o termo para descrever como povos/grupos subjugados selecionam e reinventam a cultura que lhes é imposta pelo grupo dominador. Mary Louise Pratt (1999, p. 30-31) alarga o conceito considerando que a cultura dominante também é transformada por meio de dinâmicas transculturadoras entre “colonizados” ou subjugados e “colonizadores”.

²⁵ Sobre a construção das alteridades em Binzer, ver Schamm (2008) e Machado (2010, p. 89-107).

4. Conclusão

A emigração lançou essas mulheres e uma infinidade de outras mulheres em novas situações que em parte desafiaram, transformaram, inovaram e reiteraram aspectos de suas identidades e práticas de trabalho anteriores à mudança ao Brasil. Emilie Heinrichs se viu obrigada a assumir o trabalho de “colona pioneira” – processo que da aceitação inicial terminou em recusa. Igualmente o vir a ser mãe não se efetivou muito provavelmente devido às condições adversas de viver no “mato”. Ina von Binzer reiterou a sua função profissional que executara em sua terra natal, mas percebeu que os seus métodos “alemães” estavam fora de lugar no Brasil. Em ambas as experiências, a imigração resultou em certo malogro. Ambas reconheceram a inexequibilidade de realizar o projeto nos moldes imaginados. Em outros termos, as características do lugar onde trabalharam impossibilitava a realização dos objetivos. No caso de Emilie, foi o isolamento geográfico que se traduziu em isolamento cultural. No caso de Ina, foi o contexto cultural e a mentalidade local muito diferentes. Já Therese Stutzer, que viveu numa região de colonização alemã já sedimentada, portanto menos “selvagem” como foi o caso de Emilie Heinrichs com o seu marido e menos “luso-brasileira”, como o de Ina von Binzer, conseguiu manter a sua função de *Hausmutter*, no meio de uma estrutura familiar supostamente estável.

Apesar das mudanças que a imigração representa, as estruturas patriarcais permanecem. O quanto a imigração e o trabalho que executaram nessas novas condições interferiram nas relações de gênero não pode ser substancialmente avaliado. Mas certo é que diante da situação de subserviência feminina, essas migrantes/viajantes, enquanto escritoras, acharam formas de se expressar, contornando os obstáculos, fazendo uso de pseudônimo (Ina von Binzer) ou publicando em obras alheias – no caso de Therese Stutzer, nas do marido. E Emilie Heinrichs assumiu a autoria, criticando abertamente a migração e os projetos pioneiros destinados a regiões “selvagens” e fazendo um apelo às mulheres a se oporem ao poder masculino de decisão. Assumidamente, Emilie foi voz passiva no processo da emigração, situação que ela reverteu com a escrita de seu livro, editado vinte anos depois.

Graças a esses esforços, essas mulheres evitaram que a história feminina da imigração permanecesse no silêncio.

Referências

BINZER, I. v. *Leid und Freud einer Erzieherin in Brasilien. Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Edição bilíngue. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BLUMENAU, H. B. O. *A colônia alemã Blumenau na Província de Santa Catarina do Sul. Relatório até junho de 1855 e convocação para adesão. Observações gerais sobre a colonização teuto-brasileira, descrição do Vale do Itajaí e um mapa da região*. Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto Blumenau 150 anos, 2002.

BRÜMMER, F. K. B. In Historischen Kommission der Bayerischen Akademie der Wissenschaften. *Allgemeine Deutsche Biographie*, v. 47, p. 113-115, 1903. Disponível em: <https://de.wikisource.org/w/index.php?title=ADB:Bormann,_Karl&oldid=>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BUBLITZ, J. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. *Ambiente & Sociedade*, v. 11, n. 2, p. 323-340, 2008.

CALLADO, A. Prefácio à segunda edição. In: BINZER, I. von. *Leid und Freud einer Erzieherin in Brasilien: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Edição bilíngue. São Paulo: Paz e Terra, p. 5-8, 1994.

CASTRO, Y. C. *Ahora las mujeres se mandan solas. Migración transnacional y relaciones de género*. Ciudad de México: Plaza y Valdés; Universidade Autónoma de Querétaro, 2009.

DUARTE, P. Prefácio à primeira edição. In: BINZER, I. von. *Leid und Freud einer Erzieherin in Brasilien: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Edição bilíngue. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FEND, S. M. *Deutsche Frauen im Vale Europeu von der Kolonisierung bis zur Industrialisierung. Die Entwicklung der Kolonistin hin zur (Klein) Bürgerin*. Dissertação de mestrado. Universidade de Viena. Viena, 2020.

HEINRICHS, E. *Die Frau des Auswanderers. Erlebnisse einer Kolonistenfrau in Südbrasilien*. Freiburg i. Br.: St. Raphaels Verein, 1921.

LAROQUE, L. F. da S.; MACHADO, N. T. G.; VEDDOY, M. I. B. Movimentações envolvendo indígenas Kaingang e imigrantes alemães em territórios da Bacia Hidrográfica do Caí. *Redes*, v. 24, n. 2, p. 186-208, 2019.

LEITE, M. L. M. *Livros de viagem. 1803/1900*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LERMEN, G. B. *Deutsche Auswanderinnen in Südbrasilien. Lebenswelt und Erfahrungen in Kolonie und katholischer Kirche (1824-1939)*. Heidelberg: Verlag Regionalkultur, 2006.

LISBOA, K. M. Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo. *Espaço Plural*, v. 9, n. 19, p. 95-105, 2008.

LISBOA, K. M. *Mundo novo, mesmo mundo: viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2011.

LISBOA, K. M. “É muito belo um país estranho / Mas nunca se tornará uma pátria”: três mulheres em movimento entre a Alemanha e o Brasil (1880-1900). In: FERREIRA, C.; FURTADO, A. (Orgs.). *Travessias oitocentistas: relatos de viagem, temporalidades e imigração no Brasil*. Blumenau: Editora FURB, p. 179-210, 2022.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar, p. 52-83, 2020.

MACHADO, L. W. *O romance epistolar de Ina von Binzer: um documento de interculturalidade brasileiro-alemã*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

NIPPERDEY, T. *Deutsche Geschichte. 1866-1918. Arbeitswelt und Bürgergeist*. Vol. 1. München: C.H. Beck, 1998.

PRATT, M. L. *Os olhos do império, relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RENAUX, M. L. *O outro lado da história: o papel da mulher no vale do Itajaí (1850-1950)*. Blumenau: Editora da FURB, 1995.

RINKE, S.; FISCHER, G.; SCHULZE, F. (Orgs.) *Geschichte Lateinamerikas vom 19. bis zum 21. Jahrhundert. Quellenband*. Stuttgart: J. B. Metzler, 2009.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SCHAMM, C. Kulturschock in Brasilien: Eine Studie zur Interkulturalität in Ina von Binzers Briefroman *Leid und Freud einer Erzieherin in Brasilien (1887)*. *Revista Contingentia*, v. 3, n. 1, p. 26-50, 2008.

SCHEITLER, I. *Gattung und Geschlecht. Reisebeschreibungen deutscher Frauen 1780-1850*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1999.

SCHULZE, F. O discurso protestante sobre a germanidade no Brasil: observações baseadas no periódico *Der Deutsche Ansiedler (1864-1908)*. *Espaço Plural*, v. 9, n. 19, p. 21-28, 2008.

SEYFERTH, G. A colonização alemã no Brasil. Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, B. (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, p. 273-313, 2000.

SEYFERTH, G. The diverse understandings of foreign migration to the South of Brazil (1818-1950). *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 10, n. 2. July to December 2013. Brasília: ABA. Disponível em <<http://www.vibrant.org.br/issues/v10n2/giralda-seyferth-the-diverse-understandings-of-foreign-migration-to-the-south-of-brazil-1818-1950/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

STOLCKE, V. *Coffee planters: workers and wives. Class conflict and gender relations on São Paulo coffee plantations*. New York: S. Martin Press, 1988.

STUTZER, T. *Deutsches Leben am Rande des brasilianischen Urwalds*. Gotha: Andreas Perthes, 1889.

STUTZER, G. *In Deutschland und Brasilien. Lebenserinnerungen*. Braunschweig: Hellmuth Wollermann Verlagsbuchhandlung, 1927.

STUTZER, G. *Meine Therese. Aus dem bewegten Leben einer deutschen Frau*. Braunschweig: Hellmuth Wollermann Verlagsbuchhandlung, 1916.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

WOLFF, C. S.; RÉCHIA, K. C. Mulheres de Santa Catarina: vidas de trabalho. In: BRANCHER, A. (Org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Livraria e Editora Obra Jurídica, p. 61-72, 1999.